

O apoio do BNDES a instituições de ensino superior (IES): uma análise do primeiro Programa IES (1997-2007)

Rodrigo Ximenes Sécca, Rodrigo Mendes Leal e Natália Maria Lopes Menezes

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

O apoio do BNDES a instituições de ensino superior (IES): uma análise do primeiro Programa IES (1997-2007)

Rodrigo Ximenes Sécca
Rodrigo Mendes Leal
Natália Maria Lopes Menezes*

Resumo

Atualmente, o BNDES apoia o setor de ensino superior por meio do Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior (Programa IES), com vigência de 2009 a 2014. Esse produto tem origem no Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior (Primeiro Programa IES), operado de 1997 a 2007, que é o foco da presente análise.

O objetivo deste artigo é investigar se o primeiro Programa IES cumpriu seus objetivos. Para esse fim, foi realizado o levantamento de informações sobre as normas do programa e suas avaliações anteriores, bem como o estudo do seu desempenho, por meio dos dados dos projetos, incluindo características das IES, como distribuição geográfica, porte e itens de investimento.

* Respectivamente, engenheiro, economista e estagiária do Departamento de Operações Sociais da Área de Inclusão Social do BNDES.

Introdução

Em 25 de março de 1997, o BNDES e o então Ministério da Educação e do Desporto assinaram o Protocolo de Atuação Conjunta 01/97. Seu objetivo geral era conjugar esforços e recursos financeiros para viabilizar a implementação do Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior, também conhecido como Programa IES.

Seus objetivos específicos eram os seguintes: contribuir para a consolidação e a modernização do ensino superior no Brasil e apoiar a renovação e a ampliação dos meios físicos voltados ao ensino, à pesquisa e à administração das instituições de ensino superior (IES).

A ampliação dos meios físicos permitiria o aumento do número de vagas disponíveis para o ensino superior no país, enquanto a renovação e a modernização contribuiriam para a melhoria da qualidade da infraestrutura oferecida aos estudantes.

Com duração inicial prevista de 60 meses, o programa foi prorrogado pelo mesmo período, vigorando por um total de 10 anos, até 2007. Sua vigência coincidiu com um período de grande crescimento do ensino superior no Brasil, especialmente nas instituições privadas, conforme analisado em Sécca e Leal (2009). Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, entre 1997 e 2007 houve crescimento de mais de 150% no número de alunos nesse nível de ensino e a quantidade de IES aumentou de 900 para 2.281. A Tabela 1 mostra como evoluiu a divisão do mercado entre IES públicas e privadas.

Com o objetivo de analisar o programa, foi realizada a investigação a seguir. Na primeira seção, serão apresentados uma descrição e um breve histórico do programa, enquanto na segunda seção serão apresentadas as análises anteriores do programa. Na terceira seção, será abordada a evolução da carteira dos projetos por meio de estatísticas sobre os níveis das operações, os projetos ao longo do tempo, a natureza do beneficiário, a região geográfica, o porte da empresa, a modalidade da contratação, a situação da operação e as características dos financiamentos. Por fim, a quarta seção apresentará as considerações finais, com as conclusões da análise.

Tabela 1 | Evolução do mercado de instituições de ensino superior

Número de IES			
	1997	2007	Δ %
Públicas	211	249	18
Privadas	689	2.032	195
Total	900	2.281	153
Número de matrículas na graduação presencial (mil alunos)			
	1997	2007	Δ %
Públicas	759	1.241	64
Privadas	1.186	3.639	207
Total	1.945	4.880	151

Fonte: Inep.

Descrição e histórico do primeiro Programa IES

Inicialmente, o programa tinha vigência de 60 meses e recursos de até R\$ 500 milhões. Foi previsto pelo BNDES que esse valor seria dividido igualmente entre financiamentos para IES públicas e privadas.

Suas políticas e diretrizes, bem como as prioridades e o enquadramento dos pleitos, eram definidas pelo MEC. De acordo com o Protocolo de Atuação Conjunta 01/97, do BNDES com o MEC, a operacionalização do programa seguia o seguinte fluxo:

- 1) a IES apresenta à Secretaria de Educação Superior do MEC o Projeto Institucional e o Projeto de Investimento, responsabilizando-se pela realização dos investimentos, pelo processo de desmobilização patrimonial, quando se tratar de instituição pública, bem como pelo principal e por encargos do financiamento;

- 2) o agente financeiro credenciado pelo BNDES analisa e aprova a solicitação de apoio financeiro, bem como fica responsável pela fiscalização técnica e financeira;
- 3) ao BNDES cabe analisar e homologar as operações aprovadas por agente financeiro credenciado, dentro dos critérios estabelecidos em suas normas internas; e
- 4) ao MEC cabe estabelecer prioridades e enquadramento de apoio ao programa, bem como o acompanhamento técnico e financeiro do Projeto Institucional e do Projeto de Investimento de cada uma das empresas.

O Projeto Institucional é o documento que explicita os investimentos em infraestrutura pretendidos e seu impacto na efetiva melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração da IES e na expansão de vagas e criação de cursos, consideradas as demandas definidas com base no perfil socioeconômico da região em que a instituição estiver inserida.¹

Por meio do Termo Aditivo 1 ao Protocolo de Atuação Conjunta, o programa foi prorrogado por mais 60 meses, e o valor total dos recursos passou para R\$ 750 milhões, dos quais R\$ 500 milhões para as IES privadas, ficando as públicas com os mesmos R\$ 250 milhões do início do programa. Os parâmetros operacionais e as condições de financiamento ficaram estabelecidos, conforme apresentados nos Quadros 1 e 2.

O fluxo era o mesmo de qualquer operação apresentada ao BNDES, mas o projeto precisava estar aprovado pelo MEC e deveria dispor sempre de um agente financeiro. O fato de o MEC aprovar tendia a ampliar a contribuição desses projetos, uma vez que eles passavam pela análise de especialistas do ministério, conforme as diretrizes do governo federal para o setor.

¹ Conforme definição disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/livrosesu.pdf>.

Quadro 1 | Condições do Termo Aditivo 1

Parâmetros de operação	Instituições públicas	Instituições privadas
Tipo de operação de crédito	Modalidade indireta, por meio de agente financeiro	
Itens financiáveis	Obras civis e equipamentos	
Pré-requisitos	<ul style="list-style-type: none"> – Projeto Institucional, conforme orientação do MEC – Projeto de Investimento, conforme normas do BNDES 	
Participação	<ul style="list-style-type: none"> a) Financiamento com projeto de alienação patrimonial: até 70% do valor do imóvel a ser alienado; b) Financiamento à aquisição de imóvel a ser alienado: até 100% do valor da venda do imóvel; c) Financiamento sem previsão de alienação patrimonial, visando à melhoria do fluxo de caixa: até 100% dos investimentos financiáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Até 80% dos investimentos financiáveis, admitida a aquisição de livros como contrapartida Equipamentos importados nas mesmas condições, observado o limite de 15% do valor a ser financiado
Carência	<ul style="list-style-type: none"> a) Financiamento com projeto de alienação patrimonial: a ser determinada pela análise da operação; b) Financiamento à aquisição de imóvel a ser alienado: de até 60 dias; c) Financiamento sem previsão de alienação patrimonial, visando à melhoria do fluxo de caixa: a ser determinada pela análise da operação. 	<ul style="list-style-type: none"> Fixada a cada operação, máximo de 24 meses
Prazo máximo	Até 10 anos	Até 10 anos
Custo	<ul style="list-style-type: none"> a) Financiamento com projeto de alienação patrimonial: TJLP + taxa de risco do agente b) Financiamento à aquisição de imóvel a ser alienado: TJLP + 2,5% + taxa de risco do agente c) Financiamento sem previsão de alienação patrimonial, visando à melhoria do fluxo de caixa: TJLP + taxa de risco do agente 	<ul style="list-style-type: none"> TJLP + 2% + taxa de risco do agente

Fonte: Termo Aditivo 1, de 22.2.2000, ao Protocolo de Atuação Conjunta 1/97, do BNDES com o MEC.

Quadro 2 | Procedimentos operacionais do Termo Aditivo 1

Da IES	<ul style="list-style-type: none"> • Dispor de um agente financeiro • Encaminhar projeto acadêmico ao MEC conforme instruções da Secretaria de Educação Superior • Depois de aprovado o pleito, acompanhar o agente na confecção da consulta prévia, a ser encaminhada para enquadramento pela Área de Crédito do BNDES, e do projeto completo, que será encaminhado para análise pela Área de Desenvolvimento Social do BNDES
Do agente financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Depois de aprovado o pleito no MEC, enviar à Área de Crédito do BNDES consulta prévia para enquadramento, conforme modelo disponível, mantendo as características do projeto aprovado no MEC, acompanhada de cópia do documento comprobatório de enquadramento pelo MEC • Após recebimento da carta de enquadramento, enviar projeto ao BNDES, conforme modelo específico disponível, para análise pela Área de Desenvolvimento Social.
Do MEC	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar ao BNDES o enquadramento realizado, o valor e a finalidade do pleito • Enquadrar para financiamento pelo BNDES apenas os itens acordados com o Banco que serão passíveis de financiamento • Comunicar os itens do investimento que não foram enquadrados pelo MEC
Do BNDES	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar, para o MEC, os Quadros de Usos e Fontes das operações aprovadas

Fonte: Termo Aditivo 1, de 22.2.2000, ao Protocolo de Atuação Conjunta 1/97, do BNDES com o MEC.

Por meio do Termo Aditivo 2 ao Protocolo de Atuação Conjunta, o prazo de vigência do protocolo foi prorrogado por mais 60 meses, a contar de 25.3.2002.

Em dezembro de 2002, a Diretoria do BNDES alterou as condições do programa para adequá-lo às políticas operacionais então em vigor, incluindo condições diferenciadas para as micro, pequenas e médias empresas – MPMEs.

Posteriormente, em julho de 2004, as condições do programa foram novamente alteradas, para permitir financiamentos para IES privadas na modalidade de operação indireta automática, no valor de até R\$ 10 mi-

lhões, pela Área de Operações Indiretas do BNDES, por intermédio de agentes financeiros.

Por fim, o Termo Aditivo 3 ao Protocolo de Atuação Conjunta, de outubro de 2005, elevou o limite de financiamento para o programa até o valor de R\$ 900 milhões, sendo R\$ 650 milhões para IES privadas e R\$ 250 milhões para IES públicas.

Análises anteriores do primeiro Programa IES

Avaliação do MEC de 2004

O Programa foi avaliado pelo MEC em relatório da Secretaria de Educação Superior – SESu, de 17 de junho de 2004. Segundo o relatório, os recursos foram especialmente importantes nos aspectos citados a seguir, organizados de acordo com as dimensões do sistema de avaliação de IES do MEC à época:

Organização e Gestão Institucional: implementação de tecnologias de informação e comunicação (TIC), para automatizar os sistemas acadêmicos, administrativos, laboratoriais e de bibliotecas, proporcionando melhoria considerável nas atividades de gestão institucional.

Projeto Acadêmico (Ensino, Pesquisa e Extensão): os itens de financiamento do Programa IES, específicos para obras e equipamentos, propiciaram a melhoria da infraestrutura física e laboratorial, com reflexos diretos na qualidade da oferta das atividades-fim da educação superior – ensino, pesquisa e extensão. No que tange especificamente à extensão, os ganhos transcendem os limites das IES, na medida em que vêm propiciando a articulação com a sociedade por meio da disseminação de conhecimentos, da prestação de serviços e de ações gerais de promoção social.

Recursos Humanos: após a análise dos dados referentes ao corpo docente e administrativo, o MEC concluiu que o acréscimo no número de discentes só foi possível graças ao aporte dos recursos feitos pelo programa. O exame dos dados relativos aos índices de titulação e de dedicação do corpo docente revela maior qualificação do corpo docente, com acréscimo do número de mestres e doutores e a conseqüente redução do número de docentes especialistas e graduados.

Infraestrutura Física e Logística: as IES apresentaram uma evolução extremamente significativa do crescimento do espaço físico. A criação e a ampliação dos diversos laboratórios, salas de aula, bibliotecas, áreas de lazer e administrativas proporcionaram melhoria sensível na qualidade do ensino e da pesquisa desenvolvidos pelas IES, assim como o bem-estar das comunidades pertencentes às IES.

Por fim, o relatório conclui que o aporte do programa resultou em melhoria nas quatro dimensões citadas e que “é claro e evidente que as melhorias nas IES com a implantação dos seus projetos foram fundamentais para uma melhoria do nível da educação superior brasileira, trazendo assim uma enorme contribuição social”.

No Anexo 1, podem-se ver os dados quantitativos mais relevantes em IES selecionadas pesquisadas pelo MEC. Eles mostram crescimento significativo no número de matrículas, docentes, funcionários administrativos, bem como expansão da infraestrutura.

Nota AS/DEPOS sobre as operações com IES públicas

O Departamento de Operações Sociais da Área de Inclusão Social produziu uma nota em 3.4.2007, em que analisa as operações com IES públicas. Nela, são examinadas três operações contratadas à época, mostrando como resultado importantes melhorias na infraestrutura física, incluindo a construção e a ampliação de laboratórios, salas, bibliotecas e auditórios. O Anexo 2 mostra detalhes de cada uma dessas operações, conforme seu *status* na época.

No caso de IES públicas, o programa possibilitava o financiamento ao comprador de imóvel a ser alienado pela IES. Isso era especialmente importante para as instituições federais, na medida em que o BNDES não pode financiar a União, conforme disposto no artigo 36 da Lei Complementar 101, de 4.5.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ainda de acordo com a nota supracitada, duas das operações, realizadas com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, foram consideradas paradigmáticas, uma vez que as IES públicas brasileiras são proprietárias de diversos imóveis não operacionais, que resultam em despesas, mas não geram qualquer tipo de benefício para a instituição. As operações viabilizaram a venda desses ativos e, com essa receita, a universidade pôde investir recursos em seu *campus*.

No que diz respeito à grande diferença entre o número de operações contratadas por IES privadas e IES públicas, uma nota da Área de Inclusão Social do BNDES de junho de 2004 informa que não houve privilégio de qualquer segmento, estando o programa igualmente disponível para IES públicas e privadas. Sendo um financiamento reembolsável, entretanto, havia necessidade de o postulante apresentar situação econômico-financeira condizente com a dívida a ser assumida, demonstrando capacidade de pagamento das prestações de juros e principal do crédito. Além disso, o financiamento teve como requisito a oferta de garantias reais pelo solicitante.

Evolução da carteira de projetos

Nos 10 anos de vigência do Programa IES (1997-2007), foram contratados R\$ 525,7 milhões do BNDES, valor que representa 43% do total dos investimentos dos projetos contratados (R\$ 1,2 bilhão), sendo o restante contrapartida das beneficiárias. A Tabela 2 ilustra, conforme será detalhado na subseção seguinte, que o programa obteve um excelente grau de desembolso. Até 16.9.2009, foram concedidas liberações representando cerca de 96% do valor contratado.

Tabela 2 | Projetos contratados – Programa IES do BNDES (1997-2007)

Número de operações (subcréditos)*	100
Número de projetos	61
Número de pessoas jurídicas	48
Valor total dos projetos contratados (em R\$ milhões)	1.221,0
Valor do financiamento contratado (em R\$ milhões)	525,7
Valor desembolsado (em R\$ milhões)	506,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Sistema de Operações do BNDES – OPE de 16.9.2009.

Nota: Valores históricos, ou seja, não foi aplicada atualização monetária.

* Somente foram consideradas operações nas situações ativa, ativa utilizada e liquidada, conforme será explicado adiante.

Vale registrar que um projeto, que é o empreendimento como um todo, resulta em um ou mais contratos de financiamento. O projeto pode ter mais de um subcrédito (operação), que apresenta características específicas de financiamento, como em relação às condições financeiras. A Tabela 2 mostra que as 100 operações contratadas correspondem a 61 projetos de investimento, junto a 48 pessoas jurídicas (PJ), de que se pode concluir que algumas PJs obtiveram apoio para mais de um projeto de investimento. Para efeito de comparação com as estatísticas do MEC, vale lembrar que uma PJ pode possuir mais de um código de IES registrado no MEC.

Estatísticas dos projetos segundo a evolução nos níveis de operação

A apresentação de projetos ao BNDES, conforme detalhado em seu *site* na internet,² tem as seguintes etapas sequenciais de cumprimento de requisitos:

- *Consulta* – operações com a entrega de solicitação de apoio por meio do documento Consulta Prévia.
- *Enquadramento* – operações enquadradas, considerando a classificação de risco do solicitante e a proposta do projeto.
- *Aprovação* – operações com projeto entregue e relatório de análise aprovado.
- *Contratações* – operações com financiamento contratado, após a entrega da documentação.
- *Desembolsos* – operações com valores liberados para utilização, após o atendimento das condições contratuais.

Naturalmente, nas diversas formas de apoio do BNDES, nem todas as operações progridem para as etapas seguintes até o desembolso dos valores. Isso pode ocorrer tanto pela desistência da empresa quanto pelo descumprimento das exigências do financiamento, tais como avaliação insuficiente de cadastro (que inclui a regularidade tributária) ou de risco de crédito, a inadequação do projeto, como no caso de irregularidade na licença ambiental, ou não enquadramento de itens de investimento às regras do BNDES.

² Conforme o documento “Fluxos e prazos para tramitação de operações”. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/fluxo.html. Acesso em: 8.1.2010.

Tabela 3 | Estatística dos projetos segundo as etapas de solicitação (nível do projeto)

Nível da solicitação	Valor (R\$ milhões)	Quantidade de projetos	Quantidade de CNPJs
Consultas*	1.197,2	104	88
Enquadramentos*	1.011,7	96	76
Aprovações*	799,4	72	57
Contratações**	525,7	61	48
Desembolsos**	506,6	61	48
Com valores a desembolsar**	20,9	6	5

Fonte: Elaboração própria com base em dados de 11.11.2009, do Estatística (*) ou OPE (**).

A Tabela 3 apresenta os valores dos projetos do programa nas diversas etapas de solicitação. Essa tabela requer cuidado na sua interpretação, uma vez que do esperado rigor do BNDES na verificação dos requisitos do projeto resulta que somente os projetos bem estruturados irão progredir para as etapas seguintes até a contratação.

Nesse contexto, o grau de progresso das consultas apresentadas ao BNDES não é, por si só, um indicador de sucesso do programa, mas uma estatística que deve ser considerada para a investigação dos possíveis obstáculos para a maior desenvoltura do programa. De todo modo, os indicadores específicos de volume de desembolso (e de sua proporção em relação ao volume contratado) são importantes, mas não suficientes, para avaliar o impacto no setor.

Assim, com o intuito de investigar se houve restrições de acesso para as beneficiárias, foram analisados os mesmos dados em função do CNPJ do cliente final, na quarta coluna da Tabela 3. Observou-se que a quantidade de CNPJs solicitantes que pleitearam o apoio pelo programa e não obtiveram contratação foi de 40 (12 somente até a etapa de consulta, 19 até a etapa de enquadramento e nove até a etapa de aprovação). É importante citar que as consultas que chegaram ao BNDES já haviam passado pelo MEC e possivelmente o *funil* verifica-

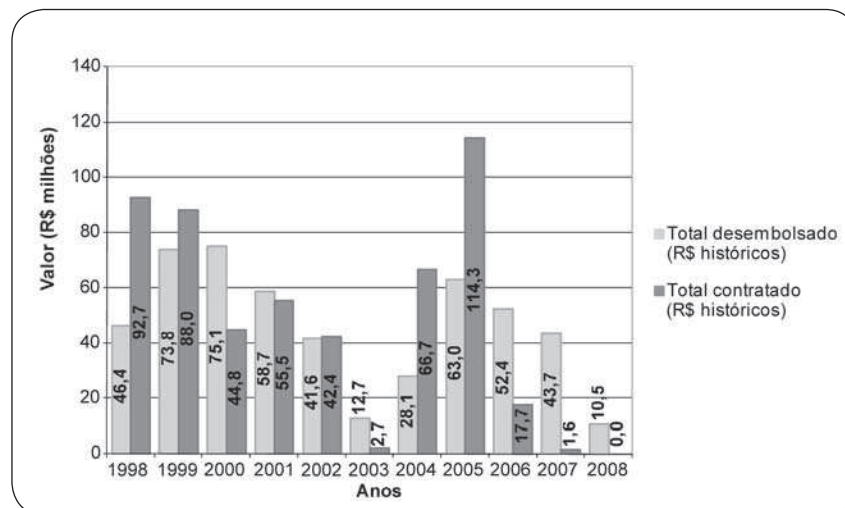
do entre a fase de consulta e a de desembolsos poderia ter sido ainda maior, caso não houvesse a análise do ministério.

Vale ressaltar o excelente resultado do percentual de desembolso, de 96% do valor contratado. Esse resultado, possivelmente, tem relação com o esperado rigor nos requisitos para aprovação e contratação dos projetos, que tendem a possibilitar o melhor e mais rápido desempenho nos desembolsos. Uma evidência nesse sentido é o fato de o valor contratado, de R\$ 525,7 milhões, representar somente cerca de 85% do valor enquadrado e cerca de 58% do orçamento previsto no programa (R\$ 900 milhões, um pouco menor que o valor enquadrado de R\$ 1 bilhão).

Estatísticas de projetos no tempo

Por meio do Gráfico 1, percebe-se que os anos com maiores valores de contratação foram os de 1998, 1999 e 2005. Considerando que o programa foi lançado em março de 1997 e que, normalmente, os clientes necessitam de alguns meses para o conhecimento do programa e a elaboração de projeto, entre outros requisitos, para as contratações, o destaque do segundo e terceiro ano do programa em termos de contratação

Gráfico 1 | Evolução no tempo: valores contratados *versus* valores desembolsados



Fonte: Elaboração própria com base em dados do OPE de 16.9.2009.

Nota: Valores em R\$ milhões (valores históricos, ou seja, não foi aplicada atualização monetária).

está dentro do esperado, assim como o respectivo arrefecimento nos anos seguintes. Por outro lado, surpreende o ano de 2005, que registrou o maior valor contratado, por motivo da especificidade da contratação das operações com os valores mais altos de todo o programa, uma de R\$ 35 milhões e outra de R\$ 30 milhões.

Essa alta dos volumes contratados em 2004 e 2005, bem como o alto estoque de valores enquadrados, tem relação com o acréscimo, em 2005, de R\$ 150 milhões no orçamento do programa.

Os desembolsos, por sua vez, alcançaram maior valor nos anos de 1999 e 2000, fato que é consistente com os destaques nos valores contratados em 1998 e 1999. Nesses primeiros anos de programa, isso leva à confirmação da expectativa de que os volumes de desembolso reflitam, em grande medida, os valores contratados nos dois ou três anos anteriores.

Estatísticas segundo a natureza do beneficiário

Conforme mostra a Tabela 4, foram contratados, pelo Programa IES, 57 projetos para IES privadas e quatro para IES públicas, totalizando R\$ 525,7 milhões em financiamentos, sendo maior a participação das IES privadas (88%) que a das públicas (12%).

Tabela 4 | Valores contratados e executados no Programa IES (R\$ milhões)

Tipo/IES	Privada	Pública	Total
Valor do orçamento do programa	650,0	250,0	900,0
Valor contratado	462,8	62,9	525,7
Valor desembolsado	459,0	47,5	506,5
Valor total dos projetos	1.119,6	101,4	1.221,0
Razão valor total do projeto/Valor da operação (contratado)	2,42	1,61	2,32

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do OPE de 16.9.2009.

Nota: Valores históricos, ou seja, não foi aplicada atualização monetária.

Observa-se que o valor financiado pelo BNDES propiciou valores totais de investimentos 2,32 vezes superiores ao próprio valor do financiamento, o que evidencia significativos valores de contrapartida, especialmente no caso das IES privadas, para as quais essa razão foi de 2,42 (valor do projeto dividido pelo valor contratado).

Ainda com base na Tabela 4, observa-se que os resultados da razão valor contratado em relação ao orçado para o programa como um todo foram superiores para as IES privadas (71%) em relação às públicas (25%). Na mesma direção, apontam os resultados da razão valor desembolsado em relação ao contratado, uma vez que o desempenho das IES privadas (99%) em relação às públicas (76%) foi, mais uma vez, superior. Assim, 90% dos valores desembolsados foram direcionados às instituições privadas.

A Tabela 5 mostra a segmentação de projetos de acordo com o valor de financiamento acumulado por pessoa jurídica. O valor de R\$ 10 milhões foi utilizado como parâmetro pelo fato de ser o valor máximo das operações indiretas automáticas, que são operações simplificadas, também realizadas por meio de agentes financeiros credenciados, conforme será detalhado na seção “Carteira segundo a modalidade da contratação”. Observa-se que, entre as 45 IES privadas, 35,6% obtiveram apoio superior a R\$ 10 milhões, enquanto todas as três IES públicas obtiveram financiamento em valor superior a R\$ 10 milhões.

Tabela 5 | Projetos contratados no Programa IES

Tipo/IES	Privada	Pública	Total
Número de projetos	57	4	61
Número de instituições	45	3	48
Número de instituições com valor até R\$ 10 milhões	29	0	29
Número de instituições com valor superior a R\$ 10 milhões	16	3	19

Fonte: Elaboração própria com base em dados do OPE de 16.9.2009.

Nota: As operações com empresas privadas especificamente para aquisição de terrenos de IES públicas foram classificadas como públicas.

Estatísticas segundo a região geográfica e o porte da empresa

No que se refere à distribuição geográfica dos projetos, a Tabela 6 mostra grande predominância das regiões Sul e Sudeste, com pequena relevância das regiões Norte e Centro-Oeste. Não foram grandes as diferenças entre as medidas de participação utilizadas, quais sejam, quantidade e valor contratados e valor desembolsado, exceto para o Centro-Oeste, cuja participação em termos de valor é menos representativa do que em termos de quantidade.

Para a análise segundo o porte da empresa, foi adotada a classificação atual do BNDES, resumida no Quadro 3.

Tabela 6 | Participação das regiões geográficas nos valores e quantidades de projetos (em %)

Região	Participação no valor contratado	Participação no valor desembolsado	Participação na quantidade de projetos contratados
Centro-Oeste	0,89	0,96	1,64
Norte	1,67	1,73	1,64
Sudeste	50,98	50,15	50,82
Sul	46,46	47,16	45,90
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados do OPE de 16.9.2009.

Quadro 3 | Classificação de porte de empresa do BNDES

Classificação	Receita operacional bruta anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 1,2 milhão
Pequena empresa	Maior que R\$ 1,2 milhão e menor ou igual a R\$ 10,5 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 10,5 milhões e menor ou igual a R\$ 60 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 60 milhões

Fonte: www.bndes.gov.br.

Desse modo, são apresentadas na Tabela 7 as estatísticas do Programa IES segundo o porte do cliente. Observa-se que a maioria (59%) das IES apoiadas são grandes empresas, representando, conforme esperado, uma participação mais relevante ainda em termos de valores contratados (68%) e desembolsados (70%).

Tabela 7 | Valores por porte da empresa

Porte do cliente	Número de projetos		Valor contratado		Valor desembolsado	
		%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Grande	36	59	356,6	68	352,1	70
Médio	17	28	85,1	16	86,0	17
Pequeno	8	13	84,0	16	68,4	14
Total	61	100	525,7	100	506,6	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados do OPE de 16.9.2009.

Notas:

1. Valores históricos, ou seja, não foi aplicada atualização monetária.

2. Os dados incluem os quatro projetos com IES públicas, que representam 12% do valor total contratado. Essas operações foram classificadas conforme informações do CNPJ do beneficiário (que não necessariamente era a IES, podendo ser, por exemplo, sua fundação ou a construtora que adquiriu um terreno de sua propriedade – no caso de financiamento com projeto de alienação patrimonial). No caso dessas IES, os portes foram os seguintes: uma pequena em São Paulo, uma grande em Santa Catarina e uma pequena e uma grande em Minas Gerais.

Tabela 8 | Valores por região e porte da empresa

Macrorregião geográfica	Porte do cliente	Número de projetos	Valor contratado (R\$ milhões)	Valor desembolsado (R\$ milhões)
Centro-Oeste	Médio	1	4,7	4,9
Norte	Médio	1	8,8	8,8
Sudeste	Grande	19	195,3	193,2
	Médio	7	29,2	29,9
	Pequena	5	43,5	30,9
Sul	Grande	17	161,3	158,9
	Médio	8	42,4	42,5
	Pequeno	3	40,5	37,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados do OPE de 16.9.2009.

Nota: Valores históricos, ou seja, não foi aplicada atualização monetária.

A Tabela 8 mostra as estatísticas do Programa IES segundo a região e o porte do cliente. Observa-se que as regiões Sul e Sudeste são as únicas que contêm IES de grande porte beneficiadas pelo programa. Foram essas as que receberam mais recursos, com 66% e 73% dos valores contratados nas respectivas regiões.

Essa distribuição de financiamentos tem relação com a maior concentração de IES de grande porte no Sul e no Sudeste. De fato, se observarmos o *ranking* das 20 maiores IES do país, na Tabela 9, apenas quatro não têm sua origem nessas duas regiões.

Tabela 9 | Vinte maiores IES do Brasil

<i>Ranking</i>	<i>Instituições</i>	<i>Sigla</i>	<i>UF</i>	<i>Categoria</i>	<i>Matrículas</i>
1	Universidade Paulista	Unip	SP	Privada	145.498
2	Universidade Estácio de Sá	Unesa	RJ	Privada	116.959
3	Universidade Nove de Julho	Uninove	SP	Privada	84.398
4	Universidade Bandeirante de São Paulo	Uniban	SP	Privada	69.074
5	Universidade Presidente Antônio Carlos	Unipac	MG	Privada	57.291
6	Universidade de São Paulo	USP	SP	Pública	49.774
7	Universidade Salgado de Oliveira	Univero	RJ	Privada	47.853
8	Universidade Luterana do Brasil	Ulbra	RS	Privada	43.620
9	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Unesp	SP	Pública	32.204
10	Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	Pública	32.092
11	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas	MG	Privada	30.834
12	Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	Privada	30.798
13	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Mackenzie	SP	Privada	29.113
14	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	Pública	28.328
15	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUC-RS	RS	Privada	26.669
16	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Unisinos	RS	Privada	25.908
17	Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	Pública	25.607
18	Centro Universitário da Cidade	UniverCidade	RJ	Privada	25.302
19	Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	Pública	23.813
20	Universidade de Fortaleza	Unifor	CE	Privada	23.729

Fonte: Resumo Técnico do Censo da Educação Superior de 2007, elaborado pelo Inep.

Carteira segundo a modalidade de contratação

A partir de julho de 2004, o programa passou a ser ofertado também por meio da modalidade indireta automática, especificamente para operações de valor inferior a R\$ 10 milhões, operacionalizada por meio da Área de Operações Indiretas – AOI do BNDES e dos agentes financeiros credenciados pelo BNDES. Vale registrar que até então o programa era operado

somente pela Área Social – AS, por meio de modalidade não automática, seja direta ou indiretamente.

A Tabela 10 mostra que a modalidade não automática (AS) teve uma participação maior do que a automática (AOI), em termos de quantidades e de valores. Esse resultado confirma o esperado, uma vez que a AOI operou somente nos três últimos anos do programa, com o limite de R\$ 10 milhões por operação.

A razão entre valores dos projetos e valores contratados é superior nas operações não automáticas (AS), com 243%, em relação às não automáticas (AOI), com 82%, o que pode ser relacionado com a expectativa de projetos mais elaborados na modalidade não automática.

A razão valores contratados em relação aos desembolsados também é maior nas operações não automáticas (AS), com 97%, do que nas automáticas (AOI), com 85%. É preciso, no entanto, relativizar esse resultado no tempo, uma vez que, do total contratado pela AOI, cerca de 21% foram em 2006 ou 2007, ou seja, são operações mais jovens.

A Tabela 11, por sua vez, mostra a estatística descritiva das operações segundo a modalidade operacional. Conforme esperado, o valor médio e mediano das operações da AS é bastante superior ao da AOI. Destaca-se, especialmente na AS, a grande diferença entre o valor máximo (R\$ 35 milhões) e o mínimo (R\$ 163,6 mil) das contratações.

Tabela 10 | Operações* segundo a modalidade de contratação

Informações	Área		
	AOI	AS	Total geral
Número de subcréditos contratados	8	92	100
Valores contratados (R\$ históricos)	30.572.575	480.430.752	525.703.327
Valores desembolsados (R\$ históricos)	26.144.453	465.626.080	506.584.425
Valores dos projetos (R\$ históricos)	25.108.309	1.170.350.194	1.221.058.503

Fonte: Elaboração própria com base em dados do OPE de 16.9.2009.

Nota: Há uma operação com valor contratado de R\$ 14,7 milhões que consta no sistema como AC (Área de Crédito), uma vez que foi sub-rogada por ocasião da falência do Banco Santos. Para efeito dessa tabela, utilizou-se sua classificação original como não automática (AS).

* Somente foram consideradas as operações nas situações ativa, ativa utilizada e liquidada, conforme será explicado adiante.

Tabela 11 | Estatística das operações* segundo a modalidade operacional

	Valores contratados (por área)		Valores desembolsados (por área)	
	AS	AOI	AS	AOI
Total	495.130.752	30.572.575	480.439.972	26.144.453
Média	9.342.090	3.821.572	9.064.905	3.268.057
Mediana	7.584.084	3.954.804	7.792.042	3.036.903
Máximo	35.000.000	8.788.686	35.502.802	8.788.686
Mínimo	163.600	620.720	163.600	620.720

Fonte: Elaboração própria com base em dados do OPE de 16.9.2009.

* Somente foram consideradas as operações nas situações ativa, ativa utilizada e liquidada, conforme será explicado adiante.

Evolução da carteira segundo a situação da operação

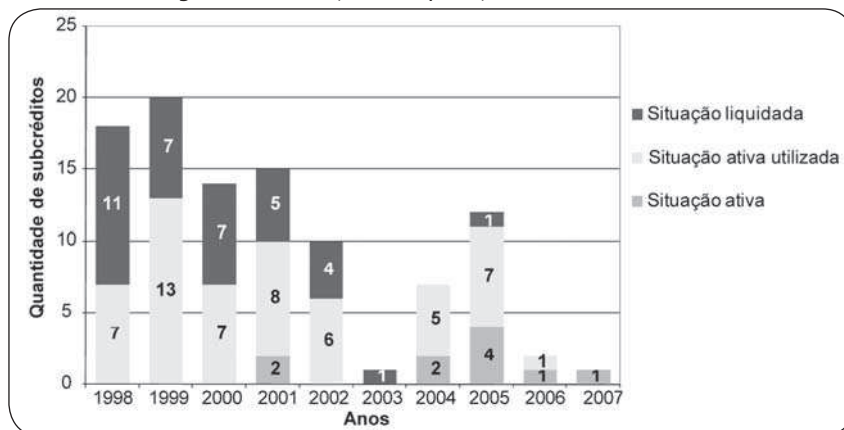
Para a presente análise, com base no Sistema de Operações do BNDES – OPE, serão utilizadas as seguintes definições de situação da operação (subcrédito):

- *Excluída/Cancelada/Desistência* – Cancelamento da operação, por definição do BNDES ou solicitação do beneficiário.
- *Ativa* – Operação em etapas anteriores à última liberação, desde o nível perspectiva até a contratação.
- *Ativa utilizada* – Operação, no nível contratada, com recursos totalmente liberados, mas ainda com etapas do projeto a realizar ou valores a quitar.
- *Liquidada* – Operação contratada concluída, seja por inadequação no andamento do projeto (vencimento antecipado), seja pela conclusão do projeto em termos físicos (a Área Operacional verifica se a empresa concluiu o projeto) e financeiros (a Área Financeira verifica a quitação do financiamento).

As estatísticas calculadas na presente análise consideram somente as operações que efetivamente consolidaram sua contratação, ou seja, nas situações ativa, ativa utilizada e liquidada.

O Gráfico 2 mostra, conforme o esperado, que a maioria dos contratos mais antigos (1998 a 2003) encontra-se em situação ativa utilizada ou liquidada, enquanto os subcréditos ativos são, em geral, aqueles contratados mais recentemente (de 2004 a 2007).

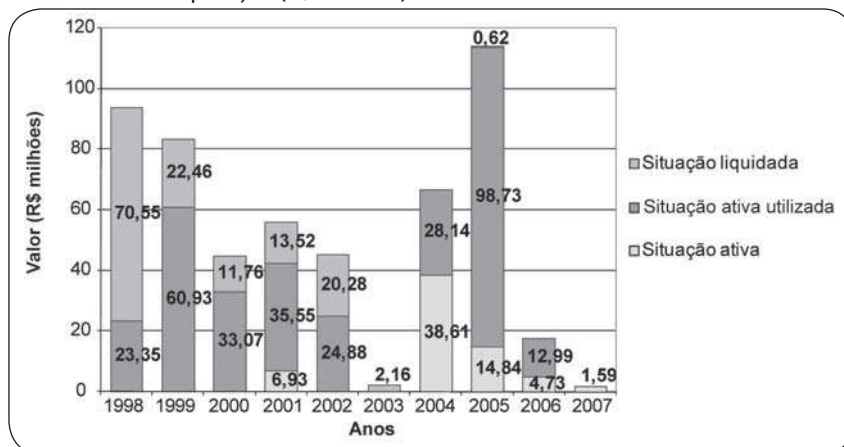
Gráfico 2 | Quantidade de subcréditos por ano de contratação, segundo a situação da operação



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do OPE de 16.9.2009.

Em termos de valor, conforme mostrado no Gráfico 3, observa-se tendência similar para o progresso das operações, ou seja, a maior parte do volume das contratações mais antigas encontra-se na situação ativa utilizada ou liquidada, enquanto a maior parte dos valores na situação ativa refere-se a contratações recentes.

Gráfico 3 | Valores contratados por ano de contratação, segundo a situação da operação (R\$ milhões)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do OPE de 16.9.2009.

Também foi observada a segmentação por modalidade, conforme mostrado na Tabela 12. Como a modalidade automática (AOI) somente foi incluída em 2004, há muitas operações contratadas recentemente, sendo que a maioria (7/8) se encontra na situação ativa (Tabela 12). No caso das operações da Área Social (AS), uma relevante parcela das operações concluiu a fase de desembolsos, sendo liquidadas (38%) ou ativas utilizadas (59%), havendo ainda 3% das operações na situação ativa.

Tabela 12 | Carteira segundo a modalidade e a situação da operação

Situação da operação		Modalidade		
		AOI	AS	Total
Número de subcréditos contratados	Ativa	7	3	10
	Ativa utilizada	-	54	54
	Liquidada	1	35	36
Total de subcréditos contratados		8	92	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados do OPE de 16.9.2009.

Características dos financiamentos

Conforme pode ser observado na Tabela 13, o principal item de investimento do programa foi “Obras e instalações”. No caso das IES privadas, ele teve participação de 76% (R\$ 848,8 milhões) no valor total dos projetos e, para as públicas, chegou a atingir 90,6% (R\$ 91,9 milhões). Já em segundo lugar vieram os investimentos na rubrica “Equipamentos”, que, somados aos de “Obras e instalações”, totalizaram 93,1% do valor dos projetos das IES privadas.

As IES públicas investiram apenas nas rubricas “Obras e instalações” e “Terrenos”, enquanto as privadas, além dessas e da já citada “Equipamentos”, também utilizaram os recursos em outros fins, como “Móveis, utensílios e materiais” e “Estudos, projetos e tecnologia”.

Tabela 13 | Programa IES – valores segundo os itens de investimentos e por tipo de IES

	IES privadas	IES públicas	Total geral
Despesa pré-operacional e giro	700.000	0	700.000
Estudos, projetos e tecnologia	9.740.317	0	9.740.317
Equipamentos	191.139.065	0	191.139.065
Obras e instalações	848.842.608	91.881.059	940.723.667
Terrenos	20.681.093	9.522.000	30.203.093
Veículos	132.205	0	132.205
Móveis, utensílios e materiais	21.785.127	0	21.785.127
Outros	23.939.487	0	23.939.487
Total geral	1.116.959.903	101.403.059	1.218.362.962

Fonte: OPE, dados de 17.9.2009.

Nota: Projetos em situação ativa, ativa utilizada e liquidada.

Já no que diz respeito aos prazos de amortização, 69% dos subcréditos tiveram o prazo de amortização de 96 meses, a mediana da distribuição. A Tabela 14 mostra que, embora tenha havido alguns valores discrepantes, desde 25 até 118 meses, a dispersão não foi exagerada, com a média (87 meses) não muito distante da mediana e um coeficiente de variação da ordem de 21,8%.³

Tabela 14 | Programa IES – prazo de amortização das operações do Programa IES (em meses)

Média	87
Desvio padrão	19
Mediana	96
Mínimo	25
Máximo	118

Fonte: Elaboração própria com base em dados do OPE de 17.9.2009.

Nota: Projetos em situação ativa, ativa utilizada e liquidada.

³ (Desvio padrão/média) x 100.

Considerações finais

O primeiro Programa IES do BNDES, com vigência de 1997 a 2007, teve dois objetivos específicos: i) contribuir para a modernização e a consolidação do ensino superior; e ii) apoiar a renovação e a ampliação dos meios físicos das IES.

O período desse programa coincidiu com um crescimento intenso no número de matrículas no ensino superior brasileiro, o que demandou grandes investimentos em infraestrutura para as IES. O estudo mostrou que os projetos estiveram concentrados em “Obras e instalações”, em linha com essa tendência.

Os investimentos associados aos projetos apoiados pelo programa totalizaram R\$ 1,2 bilhão, com R\$ 525,7 milhões de financiamentos contratados no BNDES, em um total de 100 operações e 48 PJs, das quais 36 de grande porte. Vale destacar que o programa apresentou um excelente grau de desembolso, obtendo liberações que representam cerca de 96% do valor contratado. Esse resultado, possivelmente, tem relação com o fato de esses projetos terem sido selecionados considerando sua qualidade, uma vez que passaram tanto pela chancela do MEC quanto pelos requisitos do BNDES.

Houve grande concentração nas regiões Sul e Sudeste, resultado explicado possivelmente por algumas características dessas regiões, como a grande demanda por ensino superior, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, em comparação com o restante do país, além da existência das IES de maior porte, que geralmente têm maior conhecimento dos produtos de crédito e podem oferecer melhores garantias aos agentes financeiros.

A concentração nas IES privadas, que responderam por 88% do valor contratado, pode ter ocorrido por motivo semelhante ao que acarretou a concentração das operações no Sudeste e Sul do país, pelo fato de possuírem melhores garantias e melhor relacionamento com os agentes financeiros.

O presente estudo mostrou, assim como as avaliações anteriores relatadas, que o programa obteve resultados na direção do cumprimento de seus objetivos.

O tamanho desses resultados é passível de averiguação. Por um lado, o Programa IES financiou nesses 10 anos somente 48 pessoas jurídicas, num universo, para efeito de comparação, de 900 IES existentes em 1997. Por outro lado, a maioria das IES apoiadas é de grande porte, portanto, representativas em termos de matrículas, especialmente no contexto atual, em que se observam crescentes movimentos de consolidação do setor por meio de fusões e aquisições.

Além disso, vale lembrar que o mercado como um todo obteve um relevante crescimento, em termos da quantidade de IES (153%) e de matrículas (151%) [Sécca e Leal (2009)]. Assim, é pertinente aprofundar a análise na perspectiva de uma avaliação de impactos do programa, por exemplo, por meio da comparação do desempenho das IES apoiadas com as demais.

Uma vez concluído o primeiro Programa IES, tendo sido ampliados os meios físicos e o número de vagas disponíveis no ensino superior, teve continuidade a parceria do BNDES com o MEC por meio do lançamento, em 2009, de um novo Programa IES, com o objetivo principal de “apoiar a melhoria da qualidade de ensino”.

Esse novo programa, denominado Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior,⁴ dispõe de orçamento de R\$ 1 bilhão para financiamento a IES públicas e privadas e tem vigência até 2013.

Na perspectiva de promover a melhoria da qualidade de ensino, o novo programa estabeleceu, para além da aprovação do Plano Institucional da IES pelo MEC, pré-requisitos adicionais para o financiamento, incluindo parâmetros de desempenho mínimo nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Além do mais, o programa prevê que o MEC estabelecerá metas de melhoria da qualidade para cada IES financiada e monitorará o seu desempenho. Os itens financiáveis pelo programa incluem, além de investimentos fixos, a reestruturação financeira da IES, mediante apresentação de projeto de otimização operacional, com vistas a garantir a sustentabilidade financeira da instituição.

⁴ Para mais detalhes, ver a página eletrônica do BNDES: http://www.bndes.gov.br/sitebndes/bndes/bndes_pt/institucional/apoio_financeiro/linhas_programas_e_fundos/ies.html.

Referências

BNDES/MEC. Protocolo de Atuação Conjunta 01/97, de 1997.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>.

———. Resumo Técnico do Censo da Educação Superior de 2007, 2009.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatório da Secretaria de Educação Superior – SESu sobre o Programa IES, 17 jun. 2004.

SÉCCA, R. X.; LEAL, R. M. Análise do setor de ensino superior privado no Brasil. *BNDES Setorial*, n. 30, set. 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3003.pdf>.

Anexo 1

Avaliação do MEC (17/jun/2004) por IES e UF de Origem

a) São Paulo

IES 1

Referência: 1997 a 2000.

Um indicador significativo de expansão consiste no número de alunos, que era de 4.532 e atingiu 8.636; crescimento da pós-graduação, que evoluiu para três cursos *stricto sensu* credenciados pela Capes e de 19 para 27 os cursos *lato sensu*; o número de docentes evoluiu de 344 para 589 e o de funcionários de 246 para 271, dados até o ano de 2000.

IES 2

Referência: 2000 a 2004.

Implantou *campus* na cidade de São Paulo, com a abertura de 1.050 vagas, distribuídas em 21 cursos de graduação, contando com 904 alunos matriculados em 2004.

IES 3

Referência: 1997 a 2003.

Criou 20 novos cursos de graduação, desativando três, passando de sete para 24 cursos de graduação; o número de vagas passou de 947 para 2.165 e o de alunos matriculados cresceu de 1.983 para 5.624; o número de professores passou de 60 para 273, sendo 72,5% com titulação de mestre e doutor e 32% com jornada de trabalho em tempo integral.

IES 4

Referência: 1999 a 2003.

O número de cursos de graduação oferecidos passou de 33 para 53; o número de alunos matriculados de 8.002 para 36.635; o de professores de 383 para 1.312; o de técnico-administrativos; de 193 para 688; e a área construída no *campus* teve um aumento de 36.375 m².

IES 5

Referência: 1998 a 2003.

A área construída passou de 80.946 m² para 121.220 m², tendo sido construídos 40.274 m²; o número de salas de aula passou de 186 para 276; as vagas aumentaram de 17.118 para 29.338, com um aumento de 12.220 vagas; os cursos de graduação passaram de 42 para 53.

IES 6

Referência: 1998 a 2003.

A construção da biblioteca possibilitou o aumento do número de consultas, de 59.123 para 125.215; o acervo aumentou de 51.827 livros para 58.811, ampliando o número de funcionários na biblioteca de 10 para 19.

IES 7

Referência: 1998 a 2003.

Geração de mais de 180 empregos diretos; 45 mil procedimentos odontológicos/ano para a comunidade; construção de 9.500 m² para o centro clínico, com atendimento de 1.000 pacientes/mês na área de fisioterapia, 12 mil consultas/mês e 360 cirurgias/mês.

IES 8

Período: 1998 a 2003.

Aumento de 42,9% de alunos matriculados, passando de 21.653 para 30.945; crescimento do corpo docente de 888 para 1.121 professores, uma alta de 26%, com um total de 805 professores com titulação de mestre e doutor; elevou o número de programas de pós-graduação de 20 para 39, crescimento de 95%; aumento de 23 novos laboratórios especializados e reforma e ampliação de mais 20.

IES 9

Referência: 1998 a 2002.

A IES ampliou de 20 para 30 o número de cursos de graduação ofertados; foram contratados 120 professores (acréscimo de 41% de docentes), aumentando em 104 o número de professores com titulação de mestre e doutores (crescimento de 47%); foram adquiridos para o acervo bibliográfico da IES

33.035 novos volumes (50% a mais no acervo); com um aumento de 97.786 novos empréstimos de livros; ampliou suas instalações com a construção da Cidade Universitária, que respondia por 70% da área total da IES.

b) Minas Gerais

IES 1

Referência: 1996 a 2003

Foram matriculados 23.473 novos alunos de graduação (aumento de 138%), com a abertura de 2.919 novas vagas (crescimento de 100%); houve a contratação de 1.247 professores (aumento de 135%), com um acréscimo de 280 professores com titulação de doutor, além da contratação de 749 novos funcionários (aumento de 141%).

c) Rio de Janeiro

IES 1

Referência: 1998 a 2003.

Implantação de infraestrutura de comunicação multimídia, propiciando a integração de toda a IES; corpo docente de 1.121 professores, corpo administrativo composto de 1.201 funcionários, 30.339 alunos matriculados, 2.374 computadores interligados.

IES 2

Referência: 1997 a 2001.

Ampliação de 355 vagas/semestre, contratação de 22 docentes/semestre, em média; admissão de 22 novos funcionários, aumento de 355 novos alunos/semestre.

d) Paraná

IES 1

Referência: 1997 a 2003.

Passou de cinco cursos de graduação para 26, de 804 para 3.340 vagas e de 2.166 alunos matriculados para 8.360; a pós-graduação conta com 723

alunos; o número de professores passou de 130 para 453, dos quais 58% são mestres e doutores; aumentou o número de funcionários de 63 para 340.

IES 2

Referência: 1998 a 2003.

Aumento significativo de computadores nos laboratórios: 1.034 computadores distribuídos nos 20 laboratórios de informática e ampliação em 30% de equipamentos de recurso audiovisual; evoluiu de 4.566 para 12.228 alunos em 27 cursos de graduação, em 33 de pós-graduação e 11 sequenciais; evolução do Curso Normal Superior a Distância, possuindo hoje 8.500 alunos distribuídos em todo o território nacional, já sendo considerado referência nacional; passou de 321 para 592 docentes, sendo 48% mestres e doutores e 33,5% em regime de tempo integral, e aumento de 316 funcionários.

d) Santa Catarina

IES 1

Referência: 2000 a 2003.

A IES construiu 24.577 m²; o número de alunos matriculados, que era de 7.126, passou para 8.741, um acréscimo de 1.615; houve um incremento de 14 pesquisas, e aumentou em 177 o número de funcionários; o número de professores passou de 1.113 para 1.743, um crescimento de 630 professores, tendo em seu quadro 707 com titulação de mestre e doutor (41%).

IES 2

Referência: 1998 a 2003.

Construção de um bloco de 8.450 m², específico para a área de saúde; criação de um mestrado recomendado pela Capes; nas Clínicas de Fisioterapia e Psicologia, realiza 110 atendimentos/dia, concretizando seu papel social.

IES 3

Referência: 1998 a 2003.

O programa permitiu a criação de mais de 1.700 empregos diretos e mais de 300 postos de trabalho indiretos; as vagas aumentaram de 4.360 para

35.855; os alunos matriculados passaram de 14.279 para 27.700; estão em funcionamento 11 cursos de mestrado e doutorado, com 245 vagas, e 24 cursos de especialização, com 915 vagas.

d) Rio Grande do Sul

IES 1

Referência: 1997 a 2002.

O número de cursos de mestrado passou de cinco para 13 e foram implantados cinco cursos de doutorado; o corpo docente, que era integrado por 940 professores, evoluiu para 1.016; contava com 51% de mestres e doutores e passou para 75%.

IES 2

Referência: 1997 a 2003.

A graduação teve o acréscimo de 10 novos cursos, as matrículas cresceram 54%, passando de 7.854 para 12.384; foram criados três cursos de pós-graduação *stricto sensu*; o número de exemplares do acervo bibliotecário passou de 108.500 para 174.753; o corpo docente aumentou de 548 para 569 professores, contando hoje com 421 professores com titulação de mestre e doutor, mestrando e doutorando, e 236 em trabalho de regime de tempo integral; o número de técnicos administrativos passou de 375 para 596.

IES 3

Referência: 1997 a 2003.

Expansão de 4.000 m² no *campus*; aumento do número de alunos matriculados de 668, por semestre, para 1.095; foi implantado o curso de Medicina Veterinária, com 426 alunos matriculados atualmente; com a construção do Hospital Veterinário, houve a ampliação do quadro funcional, com 43 novos professores, 17 funcionários e 12 estagiários; foram construídos mais de 5.050 m²; e foram realizados 3.700 atendimentos e 59 cirurgias em pequenos e grandes animais.

IES 4

Referência: 1997 a 2001.

Oferecia 28 cursos de graduação e 42 habilitações; houve uma oferta de 16 novos cursos de pós-graduação *lato sensu*, com uma frequência de quase 1.000 alunos por ano e dois cursos de mestrado; o número de professores passou de 301 para 539, sendo que 381 (70,7%) têm titulação de mestre e doutor e 30,6% trabalham em regime de tempo integral; houve um acréscimo de 136 funcionários em seu corpo técnico-administrativo; o seu espaço físico aumentou para 12.750 m².

IES 5

Referência: 1997 a 2003.

Foram instalados em um dos *campi* sete novos cursos e habilitações de graduação, e houve a criação de 435 novas vagas; houve um acréscimo de 64 professores; os professores com titulação de mestre e doutor passaram de 32 para 119; o corpo técnico-administrativo passou de 62 para 125; aumentou em 1.229 o número de alunos matriculados nos cursos de graduação; o acervo da biblioteca teve um aumento de 30.557 livros; foram construídos 11.405 m²; em outro *campus* foram implantados 13 novos cursos de graduação, com um aumento de 125% no número de alunos matriculados, e 13.512 novos livros foram incorporados ao acervo bibliográfico; a área física passou de 33.600 para 372.600 m² (acrécimo de 1.108%).

IES 6

Referência: 1998 a 2003.

Na Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, foram contratados 54 professores com titulação de mestres e 20 doutores, com aumento de 10% de alunos matriculados; criados dois cursos de graduação e dois sequenciais, ampliando em 220 novas vagas; aumento de 100,5% no número de alunos matriculados nos programas de pós-graduação.

IES 7

Referência: 1999 a 2003.

Aumento de 83% na área construída do *campus*, que passou de 13.770 m² para 25.236 m²; o número de alunos matriculados cresceu de 2.937 para 3.954, aumento de 35%; criação de seis novos cursos de graduação, atingindo um total de 28; elevação de 95% no número de computadores; aumento do acervo bibliográfico em 15,6%; crescimento do número de docentes de 325 para 386.

e) Mato Grosso do Sul*IES 7*

Período: 2000 a 2003.

Aumento de 4.116 alunos, passando de 7.408 para 11.524; cresceu de 341 professores para 520 e de 439 funcionários para 560; aumentou em 16 o número de cursos de graduação, passando de 35 para 51; teve um crescimento de 27.870 m² na área construída.

Anexo 2

Análise dos projetos com IES públicas – Nota AS/DEPOS 015/07, de 3.4.2007

WRV/Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O objetivo dessa operação foi a construção do prédio da Faculdade de Farmácia no Campus Pampulha, com recursos provenientes da venda, para a WRV, de lotes de terrenos em Belo Horizonte, no bairro Santo Agostinho. A mudança da Faculdade de Farmácia para o novo prédio possibilitou ampliar o número de salas de aula, de oito para 16, além de destinar salas específicas para graduação e pós-graduação. O prédio antigo possuía uma sala de reunião, e o atual tem duas; os laboratórios passaram de 21 para 48. Foi instalada rede de água aquecida por energia solar.

Fundep/Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Essa operação teve por objetivo a construção de: a) novo prédio da Faculdade de Educação; b) anexo do Departamento de Química; c) anexo do Instituto de Geociências; e d) novo prédio para as Faculdades de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Entre os ganhos obtidos, destacam-se os seguintes: criação de mais uma faculdade no Campus Pampulha; construção de um auditório com capacidade para 250 pessoas e de outro com capacidade para 100 pessoas; construção de nova cantina; construção do anexo do Departamento de Química, com aumento de 17 para 32 laboratórios; ganhos na segurança, com canalização dos gases dos laboratórios e escadas laterais para a saída de emergência; criação de três cursos de pós-graduação.

Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb (em execução). Os objetivos são os seguintes: implantação de 51 novas salas de aula, 50 novos laboratórios, biotério, ambulatório, clínicas de Psicologia, almoxarifado do curso de Química; construção de novo bloco para abrigar o Instituto de Pesquisas Ambientais; ampliação da biblioteca, da área de apoio aos cursos de Educação Física e Fisioterapia e da piscina.

Anexo 3 Relatório dos projetos do Programa IES do BNDES (1997-2007)

Nome completo do cliente final	CNPJ do cliente final	Ano do contrato	Valor do contrato (R\$ histórico)	Descrição do projeto
Sociedade Mineira de Cultura	17178195000167	1998	10.284.914	Construção/reforma/ampliação de instalações localizadas nos <i>campus</i> de Belo Horizonte, de Poços de Caldas e no Núcleo Universitário de Betim.*
Sociedade Mineira de Cultura	17178195000167	1999	3.650.315	Construção/reforma/ampliação de instalações localizadas nos <i>campus</i> de Belo Horizonte, de Poços de Caldas e no Núcleo Universitário de Betim.*
Acef SA	46722831000178	1998	7.255.882	Expansão do complexo universitário, em Franca (SP)
Instituto Santanense de Ensino Superior	62881099000135	1998	8.653.612	Construção do bloco 1, da Faculdade Sant'anna, em São Paulo (SP)
Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul	95438412000114	1998	7.425.289	Ampliação e melhoria da Universidade de Santa Cruz do Sul (RS)
Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul	95438412000114	1999	5.633.712	Ampliação e melhoria da Universidade de Santa Cruz do Sul (RS)
Sociedade Civil de Educação Braz Cubas	52556412000106	1998	7.111.793	Expansão da Universidade de Braz Cubas, em Mogi das Cruzes (SP)
Fundação Universidade de Passo Fundo	92034321000125	1999	7.584.084	Expansão da Universidade de Passo Fundo nos <i>campi</i> de Passo Fundo e Carazinho (RS), com a implantação de novos cursos e consequente aumento do número de vagas*
Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – Fidene	90738014000108	1998	8.825.862	Ampliação e melhoria das instalações da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijui, localizadas em Ijuí, Santa Rosa e Panambi*
Fundação Regional Integrada – Furi	96216841000100	1999	6.066.027	Recuperação e ampliação dos <i>campi</i> de Frederico Westphalen e Santo Angelo, em Erechim (RS)

Continua

Continuação

Nome completo do cliente final	CNPJ do cliente final	Ano do contrato	Valor do contrato (R\$ histórico)	Descrição do projeto
Fundação Educacional da Região de Joinville	84714682000194	1999	4.000.000	Ampliação e melhoria das instalações da universidade, por meio da construção de um prédio para realocização e ampliação da biblioteca; ampliação da infraestrutura de equipamentos, instrumentos, instalações, móveis e utensílios*
Associação Antonio Vieira	92959006000109	1998	27.504.000	Ampliação da universidade por meio da construção de novos prédios, em São Leopoldo (RS)
Fundação Universidade do Vale do Itajaí	84307974000102	1999	10.000.000	Programa de recuperação e ampliação dos meios físicos das universidades, em Itajaí (SC)
Associação São Bento de Ensino	43969732000105	1998	1.165.000	Ampliação e melhoria das instalações do <i>campus</i> da Universidade de Araraquara – Uniara, mediante a realização de obras civis e aquisição de móveis, utensílios e equipamentos nacionais*
Centro de Ensino Superior de Campo Grande – Cesup	03500923000109	1998	4.681.000	Ampliação das instalações físicas e aumento do número de vagas de instituição de ensino superior, em Campo Grande (MS)
Fundação Universidade de Caxias do Sul	88648761000103	1999	10.923.863	Recuperação e ampliação dos meios físicos da Universidade de Caxias do Sul (SC)
Fundação Dom Aguirre	71487094000113	1998	11.000.000	Edificação do novo <i>campus</i> da Universidade de Sorocaba, o <i>campus</i> Raposo, em Sorocaba (SP)
Academia Paulista Anchieta SC Ltda.	62655261000105	1999	11.459.700	Expansão da universidade*
Associação Educacional Nove de Julho	43374768000138	1999	6.826.176	Construção de um prédio e implantação e implementação de laboratórios de informática do Centro Universitário Nove de Julho

Continua

Continuação

Nome completo do cliente final	CNPJ do cliente final	Ano do contrato	Valor do contrato (R\$ histórico)	Descrição do projeto
Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha	52059573000194	1999	1.712.796	Construção de prédio de três pavimentos para implantação de novos cursos, em Marília (SP)
Sociedade Educacional São Paulo Apóstolo – Sespa	34150771000187	2000	4.598.333	Ampliação e modernização da Universidade da Cidade, no Rio de Janeiro (RJ)
União Brasileira de Educação e Assistência	88630413000109	2000	11.273.256	Construção de um novo prédio para a Faculdade de Informática, a ser implantado na área do <i>campus</i> central, na cidade de Porto Alegre (RS)
Sociedade de Ensino do Triângulo SC Ltda.	17788647000122	1999	6.000.000	Construção de <i>campus</i> universitário em Uberlândia (MG)
Associação de Ensino de Ribeirão Preto	55983670000167	2000	7.000.000	Ampliação da clínica de odontologia
Sociedade Educacional Breder Lopes	20844494000106	2000	163.600	Modernização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Manhuaçu (MG)
Instituto Mauá de Tecnologia – IMT	60749736000199	2000	3.439.030	Construção do edifício da Biblioteca Central, em São Caetano do Sul (SP)
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	78791712000163	1999	9.530.600	Construção do novo <i>campus</i> da Unicenp, em Curitiba (PR)
Instituto Presbiteriano Mackenzie – IPM	60967551000150	2000	13.383.111	Modernização, ampliação e recuperação da universidade
Associação Educacional Veiga de Almeida – Aeva	34185306000181	2000	4.973.305	Instalação e melhoria de laboratórios e oficinas, além do aumento do acervo bibliográfico da Associação Educacional Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro (RJ)
Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus	61015087000165	2002	7.995.560	Expansão e modernização das instalações da universidade, situada em Bauru (SP)

Continua

Continuação

Nome completo do cliente final	CNPJ do cliente final	Ano do contrato	Valor do contrato (R\$ histórico)	Descrição do projeto
Organização Mogiana de Educação e Cultura	52562758000117	2001	14.700.000	Implantação do <i>campus</i> com 20.300 m ² de área construída, para a universidade de Mogi das Cruzes, em São Paulo (SP). Esse projeto visa atender à demanda existente por esse serviço na capital do estado
Fundação Universidade do Vale do Itajaí	84307974000102	2001	6.930.000	Ampliação das instalações e equipamento e reequipamento de laboratórios nos <i>campi</i> ou núcleos de educação superior localizados em Itajaí (SC), São José (SC), Balneário Camboriú (SC), Biguaçu (SC) e Picarras (SC)
União Norte do Paraná de Ensino	75234583000114	2001	2.000.000	Aquisição de equipamentos para laboratórios, clínicas e setores de apoio da universidade
Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina	86445293000136	2001	10.784.000	Ampliação e reforma das instalações do <i>campus</i> de Tubarão (SC)
Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista – IPA	93005494000188	2001	2.000.000	Ampliação e melhoria das instalações de instituição de ensino superior visando à criação de cursos, em Porto Alegre (RS)
Fundação Universidade Regional de Blumenau	82662958000102	2002	14.288.083	Ampliação da estrutura física visando à melhoria e ao aumento da oferta de ensino superior, por instituição de ensino superior localizada em Blumenau (SC)
Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul	95438412000114	2001	6.287.952	Construção, ampliação e melhoria das instalações do <i>campus</i> e aquisição de equipamentos para a implantação de novos cursos e laboratório
WRV Empreendimentos e Participações Ltda.	01567382000100	2001	9.522.000	Apoio para financiar o comprador de lotes de terrenos, pertencentes à Universidade Federal de Minas Gerais. Os recursos oriundos da venda serão destinados à construção da Faculdade de Farmácia da UFMG

Continua

Continuação

Nome completo do cliente final	CNPJ do cliente final	Ano do contrato	Valor do contrato (R\$ histórico)	Descrição do projeto
Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates	04008342000109	2001	3.779.787	Investimentos no espaço físico, na atualização bibliográfica, na qualificação de recursos humanos e na melhoria e aquisição de equipamentos da instituição de ensino em Lajeado (RS)
Fundação Educacional de Criciúma	83661074000104	2002	3.559.888	Ampliação da estrutura física e montagem dos laboratórios necessários às atividades acadêmicas por instituição de ensino superior sediada em Criciúma (SC)
Acef SA	46722831000178	2002	3.763.650	Implantação de novos cursos e construção de novo bloco de salas de aula por instituição de ensino superior sediada em Franca, SP.
Fundação de Desenvolvimento para a Pesquisa	18720938000141	2002	9.265.110	Compra de lotes pertencentes à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Os recursos oriundos da venda serão destinados à construção do novo prédio da Faculdade de Educação, do anexo do Departamento de Química, do anexo do Instituto de Geociências e do novo prédio para as Faculdades de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG*
Instituto Educacional Piracicabano	54409461000141	2002	2.682.000	Conclusão do projeto de ampliação dos campi de Taquaral por meio da construção de salas de aula, laboratórios, salas de professores e salas para serviços de Psicologia, bem como da aquisição de móveis, utensílios e equipamentos*
Fundação Educacional Alto Vale do Itajaí	85784023000197	2002	3.607.900	Construção de um bloco de salas de aula no <i>campus</i> de Rio do Sul, reforma das instalações da biblioteca, instalação e equipamento para laboratórios, reforma no parque universitário Norberto Frahm*

Continua

Continuação

Nome completo do cliente final	CNPJ do cliente final	Ano do contrato	Valor do contrato (R\$ histórico)	Descrição do projeto
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	48031918000124	2004	29.820.000	Investimentos em estudos e projetos; obras civis; gerenciamento; montagem e instalações; móveis e utensílios para implantação dos novos <i>campi</i> localizados em São Paulo, bairro da Barra Funda, Franca e Rio Claro*
Fundação Educacional Regional Jaraguense – FERJ	83130229000178	2004	3.261.858	Ampliação dos meios físicos para atender à expansão do corpo discente, em especial em Direito, Engenharia e Sistemas de Informação, em Jaraguá do Sul (SC)*
Promoção do Ensino de Qualidade	03377471000101	2003	2.158.275	Expansão da instituição de ensino superior*
Associação de Ensino Novo Ateneu	76534924000130	2004	12.316.710	Programa de recuperação e expansão da área física, em Curitiba (PR)*
Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates	04008342000109	2004	4.560.000	Construção de dois prédios e do <i>campus</i> Encantado, aquisição de microcomputadores, conjuntos de classes escolares e livros*
Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul	95438412000114	2004	8.000.000	Obras civis de infraestrutura, ampliação e construção, aquisição de equipamentos, móveis e utensílios nos <i>campi</i> de Santa Cruz do Sul e de Capão da Canoa*
Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo	91693531000162	2005	3.867.608	Construção de prédio destinado ao ensino superior, com 3.474,73 m ² , incluindo investimentos em instalações e aquisição de equipamentos nacionais
Associação Educacional Nove de Julho	43374768000138	2005	30.700.000	Implantação parcial (primeiro bloco) da unidade de ensino superior denominada Vergueiro*

Continua

Continuação

Nome completo do cliente final	CNPJ do cliente final	Ano do contrato	Valor do contrato (R\$ histórico)	Descrição do projeto
Fundação Unirg	01210830000106	2004	8.788.686	Construção de <i>campus</i> universitário com área de 14.407,29 m ² . Construção de três módulos independentes para atender os alunos portadores de deficiências físico-motoras, em Gurupi (TO)*
Associação Educacional Veiga de Almeida – Aeva	34185306000181	2005	2.735.387	Ampliação do <i>campus</i> , em 3.137 m ² , além da aquisição de equipamentos nacionais, móveis e utensílios
União Brasileira de Educação e Assistência	88630413000109	2005	20.490.596	Construção de prédio localizado no limite da universidade com a Avenida Bento Gonçalves e ampliação do prédio da biblioteca central da universidade*
Fundação Universidade de Passo Fundo	92034321000125	2005	12.540.000	Reforma, ampliação e construção de novos prédios e infraestrutura*
Instituto Presbiteriano Mackenzie – IPM	60967551000150	2005	35.000.000	Construção de três prédios no <i>campus</i> da Universidade, em São Paulo (SP), dotados de sala de aula, auditórios e laboratórios já existentes no mesmo <i>campus</i> *
Associação Educacional Veiga de Almeida – Aeva	34185306000181	2005	4.042.000	Ampliação de <i>campus</i> universitários nas unidades de Cabo Frio (RJ), Barra e Tijuca, com investimentos em construções civis e instalações e aquisição de equipamentos nacionais, <i>software</i> , móveis e utensílios
Organização Educacional Manchester Paulista Ltda.	02559394000148	2005	620.720	Ampliação de prédio em 656 m ² , com setores administrativos, serviços complementares e biblioteca em 70 m ² , incluindo investimentos em instalações
Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul	95438412000114	2006	12.992.124	Modernização e ampliação das instalações físicas das entidades mantidas pela Apesc e aquisição de mobiliário, máquinas e equipamentos*

Continua

Continuação

Nome completo do cliente final	CNPJ do cliente final	Ano do contrato	Valor do contrato (R\$ histórico)	Descrição do projeto
Associação Catarinense de Ensino	84711092000108	2005	4.200.000	Construção de três prédios destinados aos cursos de ensino superior e laboratórios, totalizando 5.453,20 m ² , incluindo investimentos em instalações e aquisição de equipamentos nacionais, <i>software</i> , móveis e utensílios
Instituição Educacional São Miguel Paulista	62984091000102	2006	4.725.365	Construção de ginásio esportivo, totalizando 5.586,10 m ² , incluindo investimentos em instalações e aquisição de móveis e utensílios
Associação de Ensino Superior Unificado do Centro L – UCL	02598162000107	2007	1.592.809	Construção de prédio de laboratórios com área total de 2.000,09 m ² , incluindo investimentos em instalações, aquisição de móveis e utensílios e equipamentos nacionais

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do OPE de 14.1.2009, considerando as categorias de informação por operação divulgadas atualmente no Portal BNDES Transparente.

Nota: * Informações provenientes do campo objetivo do projeto do Sistema OPE.”